

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 002/2.023.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 14.312/2.023.

1ª. RETIFICAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

O **Município de Espírito Santo do Pinhal**, no Estado de São Paulo, com sede à Praça Rio Branco s/nº. - Centro faz saber a todos os interessados, por meio de **determinação** da sua **Prefeita Municipal**, consoante despacho exarado no Processo Administrativo, que se encontra aberto no Departamento de Administração - Divisão de Licitações, o **Edital de Chamada Pública** conforme condições e especificações que seguem:

- 1.1 As empresas interessadas poderão obter informações, baixando o Edital que estará disponível na página oficial do município na internet **<https://www.pinhal.sp.gov.br>** e demais elementos poderão ser esclarecidos no Centro Administrativo à Rua Hélio Vergueiro Leite, s/nº. - Jardim Universitário II, durante o horário de expediente de 2ª a 6ª feira de 9h00 às 17h00.
- 1.2 Os envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação deverão ser entregues, na Divisão de Licitações no Centro Administrativo da Prefeitura de Espírito Santo do Pinhal, até às **13:00 horas** do dia **22/12/2.023**. A abertura dos referidos envelopes será procedida pela Comissão Especial, no mesmo dia às **13:10 horas**, seguindo-se os procedimentos da Lei Federal nº. 8.666/93.
- 1.3 Esta Chamada será processada em conformidade com o Programa Minha Casa Minha Vida, instituída pela Caixa Econômica Federal e, no que couber, pela Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores, Portaria MCID nº. 1.295, de 05 de outubro de 2.023.

2. OBJETO

2.1 A presente Chamada Pública tem por objeto **“Seleção de empresa do ramo da construção civil para a apresentação de projeto destinado para a produção de no mínimo 335 (trezentas e trinta e cinco) unidades habitacionais de interesse social, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, a ser contratada pela Caixa Econômica Federal, com vistas a atender famílias de baixa renda.**

2.2 As habitações de interesse social de que trata esta Chamada serão construídas em terreno de propriedade do Município de Espírito Santo do Pinhal, localizado com frente para a Estrada Municipal que dá acesso à Rodovia SP-346, entre o Km 204 a 205, que liga Espírito Santo do Pinhal à Santo Antônio do Jardim, objeto da matrícula 21.369, ficha 01, do livro nº. 02, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Espírito Santo do Pinhal - SP, destinadas aos municípios habilitados no programa Minha Casa Minha Vida, segundo critérios de avaliação do Programa e da Gestora Caixa Econômica Federal.

2.3 No mínimo 3% do total das Unidades Habitacionais serão adaptáveis (especiais) e equipadas para uso pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida nos termos da NBR 9050. Este empreendimento se destina a público alvo pré-selecionado, ou seja, 10 residências.

2.4 Serão admitidas unidades habitacionais com tecnologia alternativa, nos projetos executivos, desde que permitam a redução de prazos do cronograma físico das obras. Esta tecnologia deve ser homologada pela Caixa Econômica Federal ou que esteja aprovada a viabilidade prévia do sistema construtivo inovador junto a CEF - Caixa Econômica Federal, que apresente laudos técnicos de desempenho que atendam a Norma NBR 15.575, emitido por instituição avaliadora credenciada junto ao Ministério das Cidades/SINAT.

2.5 O valor da proposta não poderá exceder o limite do **Programa Minha Casa Minha Vida, faixas 01 e 02**, e deverá prever um desconto de no mínimo R\$ 20.000,00, tendo em vista o terreno a ser **doado pela MUNICIPALIDADE**, caso aprovado pela Caixa Econômica Federal no teto do Programa. Caso o valor de aprovação da CAIXA seja inferior ao limite do Programa o desconto será reduzido pelo valor obtido entre a diferença aprovada pela CAIXA e o teto do programa.

2.6 A terraplanagem (corte e aterro) da área destinada ao empreendimento será executada pela empresa selecionada, assim como, todas as obras de infraestrutura e de melhoramentos públicos necessários à implantação das unidades habitacionais.

2.6.1 A infraestrutura deverá seguir:

2.6.1.1 Topografia: produzida por profissionais habilitados e com ART de responsabilidade sobre topografia de vias, dos lotes, das tabulações de água fria e esgoto e das redes de drenagem.

2.6.1.2 Abertura de vias: com larguras descritas e estabelecidas pelo Plano Diretor Municipal - Lei nº. 3.063 de 22 de dezembro de 2006 - Artigo 17 **ou outro que o vier a substituir posteriormente.**

2.6.1.3 Drenagem: previsto para água pluvial (superficial e subterrânea) de todo o loteamento, inclusive dissipador de energia no seu ponto de destino. Utilizando como método de captação de água “boca de lobo nas calçadas”. Não será admitido o sistema de boca de leão nas vias (grade). Os padrões das caixas de boca de lobo seguirão o padrão PMSP e os tubos deverão ser em concreto armado assentado sobre lastro de brita ou areia.

2.6.1.4 Movimentação de terra: toda a terraplanagem, incluindo se necessário aterro com fornecimento de solo e descarte de cortes é de responsabilidade da empresa selecionada, que também será responsável pelo destino sustentável de todo o entulho e dejetos gerados a partir das atividades de infraestrutura e das habitações.

2.6.1.5 Pavimentação: feita a partir de estudo de solo para elaboração do projeto de base e capa do pavimento, seguindo os padrões DNIT, acompanhada de ART da pavimentação.

2.6.1.6 Guias e sarjetas: produzidas em concreto e extrusadas, ou seja, confeccionadas em um único corpo, não será aceito guias pré-moldadas.

2.6.1.7 Água fria e Esgoto: deverá ser seguido as normas da concessionária SABESP, bem como as indicações de materiais da mesma e todo serviço executado deverá ser acompanhado e atestado pela SABESP, sob pena de paralisação total da obra. Nas testadas dos lotes, ou seja nas calçadas, deverão ser deixadas as “tomadas” de água e esgoto. É de responsabilidade da empresa selecionada realizar quaisquer obras que permitam a ligação do esgoto das residências até a Estação de Tratamento de Esgoto e garantir o abastecimento de água potável em todas as edificações.

2.6.1.8 Passeio: deverá ser pavimentado e com acessibilidade em vários pontos para os moradores com mobilidade reduzida para livre acesso aos bairros, inclusive nas áreas de uso coletivo quando houver.

2.6.1.9 Iluminação pública: feita a partir das normas vigentes e procedimentos da Concessionária CPFL, com total **responsabilidade da empresa selecionada** na sua execução que inclui materiais e mão de obra, atendendo as especificações desta fornecedora de energia ao município.

2.6.1.10 Sinalização viária: toda sinalização das vias do loteamento, tanto horizontal quanto vertical, deverão ser executadas em toda sua extensão, indicando nome de ruas, faixas de pedestres, lombadas, placas de sinalização de pare, não estacione entre outras.

2.6.1.11 A empresa selecionada deverá apresentar o estudo de sondagem com no mínimo 06 (seis) furos para garantir a estabilidade da edificação.

2.6.1.12 Deverá ser executado muro de arrimo nas divisas dos lotes sempre que o desnível entre os lotes atingirem a altura de 0,80 m. Caso não atinja o desnível de 0,80 m será admitido a solução em talude.

2.7 O material a ser fornecido deve atender as especificações técnicas da ABNT.

2.8 O regime de construção será o de empreitada por preço global, no qual a empresa responsável deverá fornecer materiais, mão de obra especializada, todos os equipamentos e serviços necessários e promover, dentre outras, as seguintes ações:

2.8.1 Elaborar e detalhar projetos executivos, consultorias, trabalhos técnicos específicos que se fizerem necessários, inclusive laudos expedidos por laboratórios técnicos especializados, memoriais descritivos e demais documentos necessários à aprovação, à execução das obras e aos melhoramentos e registro dos empreendimentos;

2.8.2 Submeter, à Administração Pública nas esferas que se fizerem necessárias: Municipal, Estadual ou Federal, todos os projetos e documentos pertinentes, para aprovação e obtenção dos alvarás, licenciamentos e certificados de conclusão de obra, arcando com todas as custas decorrentes;

2.8.3 Efetuar a matrícula do Cadastro Específico do INSS - CEI junto à Receita Federal e, ao final da obra, obter a respectiva Certidão Negativa de Débitos;

2.8.4 Acatar todas as determinações previstas nos atos de licenciamento ambiental expedidos pelos órgãos competentes;

2.8.5 Executar os projetos, em razão das exigências formuladas pela CAIXA;

2.8.6 Manter a administração local compatível com o porte da obra, de maneira a garantir sua execução, sua conformidade com os projetos executivos aprovados e o pleno enquadramento no Programa Minha Casa Minha Vida;

2.8.7 Arcar com todos os custos diretos e indiretos relativos à implantação do empreendimento, inclusive, os decorrentes de obrigações previstas na legislação ambiental, fiscal, social e trabalhista, ficando o Município de Espírito Santo do Pinhal - SP isento de obrigações de qualquer natureza em relação ao empreendimento, inclusive, no que se refere a averbação das construções no Cartório de Registro de Imóveis.

2.8.8 Apresentar as Anotações de Responsabilidade Técnica do Conselho de Classe Competente e respectivos comprovantes de recolhimento.

2.8.9 Atender a todas as especificações e condições estabelecidas pelo Programa Minha Casa Minha Vida e dos Manuais da CEF.

2.8.10 Manter todo o pessoal alocado na obra devidamente registrado na forma da legislação vigente, especialmente a trabalhista.

3. DA ÁREA OBJETO DO EMPREENDIMENTO

3.1 - As habitações de interesse social de que trata esta Chamada serão construídas em terrenos doados pelo Município, diretamente aos beneficiários indicados à Caixa Econômica Federal e aprovados, nos termos da **Lei Municipal nº. 5.064 de 16 de dezembro de 2.022 (em anexo) e do Decreto Municipal nº. 5.583 de 18 de outubro de 2.022 (em anexo).**

3.2 - Município através desse edital de chamada pública autoriza a concessão direito real de uso (CDRU) para a empresa selecionada para fins de garantia do empreendimento.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar desta Chamada Pública todas as pessoas jurídicas que atenderem as exigências, inclusive quanto à documentação, conforme estabelecido neste edital, e que:

4.1.2 Possuam objeto social pertinente e compatível com o objeto desta Chamada;

4.1.2 Não estejam constituídas sob a forma de regimes construtivos alternativos, como os de ajuda mútua, autogestão, mutirão e similares;

4.1.3 Não estejam suspensas de licitar ou impedidas de contratar com o Município de Espírito Santo do Pinhal - SP e/ou com a Caixa Econômica Federal;

4.1.4 Não tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com o Poder Público de qualquer esfera;

4.1.5 Não se apresentem constituídas na forma de empresa em consórcio;

4.1.6 Não tenham sócios que sejam servidores ou dirigentes do Município de Espírito Santo do Pinhal - SP, nos termos do artigo 9º, inciso III, da Lei Federal nº. 8.666/1.993.

4.2 Da mesma forma, não será permitida a participação de pessoas físicas.

4.3 Para participarem do presente chamamento, as empresas concorrentes deverão apresentar no dia, hora e local estipulado no Preâmbulo deste Edital, manifestação de interesse nos termos do ANEXO I e envelope lacrado contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA. Os envelopes deverão conter na parte externa e frontal a pertinente identificação, ao que se sugere:

Envelope nº. 01 - Documentos;

**Indicação da Razão Social, nº. do CNPJ (MF) e endereço completo do proponente;
Chamada Pública nº. 002/2.023.**

Envelope nº. 02 - Proposta;

**Indicação da Razão Social, nº. do CNPJ (MF) e endereço completo do proponente;
Chamada Pública nº. 002/2.023.**

5. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES.

5.1 No local, dia e hora designados no preâmbulo deste edital, e na presença dos representantes das empresas interessadas e das demais pessoas presentes à sessão pública desta Chamada Pública, a Comissão especialmente designada para esta Chamada Pública, inicialmente, receberá e efetuará a abertura dos envelopes, sendo as folhas nelas contidas rubricadas uma a uma pelos presentes que assim desejarem.

5.2 Em seguida, a Comissão dará início à conferência da documentação.

5.3 Ao final da sessão, será lavrada ata circunstanciada que será assinada pelos membros da Comissão, bem como pelos interessados que estiverem presentes.

5.4 Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referido, não será aceita a participação de nenhuma empresa retardatária.

5.5 Os envelopes ou quaisquer outros documentos referentes a este procedimento deverão ser entregues pela empresa interessada, ou pelo seu representante legal, diretamente no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, sendo que não serão recebidos aqueles que forem entregues pela empresa via fax, e-mail e similares, ou fora do horário estabelecido no preâmbulo deste edital.

5.6 Em nenhuma hipótese serão recebidas manifestações de interesse e documentos apresentados fora do prazo estabelecido no preâmbulo deste edital, assim como também não será permitida a juntada posterior de documentos que deveriam ter sido entregues dentro do envelope com os documentos e com a manifestação de interesse, salvo no caso de diligência promovida pela Comissão.

6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

A empresa interessada deverá apresentar os seguintes documentos para sua habilitação:

6.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA, que conforme o caso consistirá em:

6.1.1 Registro comercial, no caso de empresa individual; ou

6.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores;

6.1.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

6.1.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, obedecendo ao art. 28 da Lei nº. 8.666/93;

6.1.5 Caso o licitante compareça na abertura da licitação, deverá apresentar a respectiva credencial. A falta deste documento não inabilitará a empresa participante.

6.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

6.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ/MF;

6.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto contratual;

6.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa aos Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive o INSS;

6.2.4 Certidão de Regularidade de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços expedida pela Secretaria da Fazenda **ou** Certidão Negativa de Débitos Tributários expedida pela Procuradoria Geral do Estado São Paulo, declaração de isenção **ou** de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei;

6.2.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa a Tributos Mobiliários;

6.2.6 Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

6.2.7 Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos da Lei nº. 12.440/2011;

6.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.3.1 Comprovante de conformidade da empresa junto ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H) obtido junto ao Ministério das Cidades, no qual deverá constar o nível obtido pela empresa interessada;

6.3.2 Certidão comprovando o conceito de análise de risco de crédito como construtora, no mínimo na categoria "C", favorável e vigente fornecida pela Caixa Econômica Federal ou outra entidade financeira.

6.3.3 Declaração, conforme modelo padronizado (Anexo II - Atestado de Visita Técnica), nos termos do que dispõe o Artigo 30, Inciso III, da Lei Federal nº. 8.666/93. O referido Atestado de Visita Técnica deverá estar assinado por representante da **Departamento de Habitação e/ou Departamento de Obras**, comprovando que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste Chamamento.

6.3.3.1 A visita deverá ser efetuada até às 17:00 horas do dia 21 de dezembro de 2023, por representante da empresa licitante, munido da respectiva Carta Credencial ou Procuração dando poderes ao representante para a visita técnica, assinada pelo Responsável da Empresa.

6.3.3.1.1 Caso alguma empresa já tenha feito a visita técnica exigida no item 6.3.3, não será necessário a realização de uma nova visita técnica por parte da licitante interessada.

6.3.4 Prova de registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), da empresa licitante e de seus responsáveis técnicos, dentro do prazo de validade.

6.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA

6.4.1 Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias contados retroativamente da data designada para a abertura do envelope "documentação". **Em qualquer hipótese, mesmo que o licitante seja a filial, este documento deverá estar em nome da matriz.**

6.4.2 Nas hipóteses em que a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial encaminhada for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

6.5 CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

6.5.1 Comprovação fornecida por meio de declaração do licitante que o mesmo cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme Anexo VII deste edital.

6.6 DA AVALIAÇÃO DOCUMENTAL

6.6.1 A Prefeitura Municipal designará a Comissão Especial para acompanhar o chamamento público e avaliar documentos e procedimentos da seleção das empresas candidatas ao certame.

6.6.2 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou por membro da Comissão de Julgamento desta Chamada, ou publicação em órgão de imprensa oficial.

6.6.3 A Comissão Especial considerará como prazo de validade das Certidões, 90 (noventa) dias contados da data de emissão, salvo se outro já estiver expresso no próprio documento.

6.6.4 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. A Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa aos Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive o INSS e a Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, deverão estar em nome da matriz.

6.6.5 Para o caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a LICITANTE está cumprindo o plano de recuperação judicial.

6.6.6 Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

6.6.7 A participação da empresa interessada implica a aceitação integral e irretratável dos termos, condições e anexos deste Edital de Chamada Pública, bem como a observância das normas e regulamentos aplicáveis ao Programa Minha Casa, Minha Vida.

6.6.8 Não serão aceitas manifestações de interesse de empresas que não atendam aos termos descritos neste Edital.

6.6.9 Caso a empresa interessada não apresente a documentação exigida, no todo ou em parte, será inabilitada.

6.6.10 A documentação, na fase pertinente, será rubricada pela Comissão Especial e pelos representantes legais presentes e, depois de examinada e rubricada, será anexada ao processo deste Chamamento, sendo inabilitados aqueles proponentes cujos documentos apresentem irregularidades.

7. DO ENVELOPE DE PROPOSTA

7.1 As empresas interessadas em participar deste Chamamento deverão apresentar:

7.1 Levantamento planialtimétrico do terreno e respectivos perfis de ruas.

7.1.1 O Município possui Levantamento planialtimétrico da área, anexo a este Chamamento, e as empresas deverão seguir o mesmo para a elaboração da sua proposta.

7.2 Projeto Urbanístico do empreendimento.

7.2.1 O Município possui Projeto Urbanístico do empreendimento, anexo a este Chamamento, e as empresas deverão seguir o mesmo para a elaboração da sua proposta.

7.3 Projeto de implantação das unidades habitacionais no terreno;

7.4 Projeto padrão completo da unidade habitacional proposta terá no mínimo 43,00 m², composta por 2 quartos, sala, cozinha **(poderá ser executada no padrão cozinha americana)**, banheiro e área de serviços, tendo no mínimo duas portas de acesso ao exterior da habitação, contemplando o projeto estrutural, elétrico, hidráulico, de impermeabilização e fundações.

7.4.1 É sugestivo que a empresa selecionada utilize 10% de material originado de processamento de resíduos de construção

7.5 Orçamento completo e discriminado da unidade habitacional.

7.6. Orçamento de toda infraestrutura do empreendimento proposto;

7.7 Projetos arquitetônicos de uma área educacional “Escola Infantil” de no mínimo 350,00 m² de área construída e uma área da saúde “UBS” de no mínimo 320,00 m² de área construída, ambas baseadas nos padrões federais ou estaduais de execução.

7.7.1 UBS deverá conter no mínimo: 4 consultórios sendo pelo menos 2 com banheiro e lavatório, sala de procedimento, recepção, sala de vacina, sanitários acessíveis, sanitários comuns, sanitários para os funcionários, farmácia, sala de curativos, sala de nebulização, consultório odontológico, administração, sala de recepção lavagem e descontaminação, sala de esterilização, sala de estocagem de material esterilizado, Sala de reuniões, Almoxarifado, copa, cozinha, lavanderia e área de circulação.

Preparação do Terreno: O terreno será devidamente limpo e aplainado, fazendo-se corte e aterro se necessário para receber a construção. No caso de existir aterro deverá ser realizado a compactação proctor normal mínimo 95%.

Fundações: Poderá ser em radier ou vigas baldrame sobre estacas.

Impermeabilização: A fundação e as 3 primeiras fiadas deverão ser impermeabilizados com argamassa de areia, cimento e aditivos especiais aplicados de acordo com o fabricante.

Estrutura: Poderá ser em concreto armado ou bloco estrutural.

Alvenaria: Todas as paredes serão de blocos cerâmicos.

Forro: Laje pré em todos os cômodos.

Cobertura: Estrutura metálica e telhas de zinco tipo sanduíche.

Instalações Hidráulicas: Será ligado o abastecimento de água fria da rede de abastecimento geral e instalada caixa d'água com capacidade suficiente para distribuição, as águas servidas e esgotos sanitários serão coletados para a rede pública e as águas pluviais para a via pública.

Instalações Elétricas: Deverá ter pontos de luz e tomadas em todos os cômodos conforme norma, e deverá ser previsto pontos de ligação de ventiladores. A iluminação deverá ser em Led 6500k.

Revestimento: Todas as paredes, receberão chapisco e reboco, sendo feitos B.I. até a altura de 2,00 m. Nos banheiros, cozinha, e copa deverão ser assentados revestimentos em porcelanato Classe A.

Pisos: Porcelanatos classe A.

Pintura: As paredes serão pintados de Látex Acrilica e os caixilhos e estrutura metálica aparente de Esmalte sintético;

Esquadrias: Deverão ser todas em alumínio no mínimo linha 25;

A construtora deverá entregar a UBS fechada de alambrado, com a retirada de águas pluviais através de calhas e condutores até o meio fio, deverá executar passeio de concreto de no mínimo 1,5 m ao redor da edificação e deverá plantar grama no remanescente do terreno até o fechamento.

A UBS deverá ter no mínimo 350 m² de área construída e deverá ser entregue junto com as casas, e deverá ser seguido todas as normas construtivas vigentes.

7.7.2 A Área Educacional deverá conter no mínimo: 5 salas de aula ampla, secretaria, sala de diretoria, sala dos professores, brinquedoteca, banheiros acessíveis, banheiros comuns masculino e feminino, banheiro para os funcionários, circulação, cozinha, despensa, biblioteca, berçário, lactário, fraldário, trocador, pátio coberto, refeitório, playground de madeira ou material plástico, tanque de areia.

Preparação do Terreno: O terreno será devidamente limpo e aplainado, fazendo-se corte e aterro se necessário para receber a construção. No caso de existir aterro deverá ser realizado a compactação proctor normal mínimo 95%.

Fundações: Poderá ser em radier ou vigas baldrame sobre estacas.

Impermeabilização: A fundação e as 3 primeiras fiadas deverão ser impermeabilizados com argamassa de areia, cimento e aditivos especiais aplicados de acordo com o fabricante.

Estrutura: Poderá ser em concreto armado ou bloco estrutural.

Alvenaria: Todas as paredes serão de blocos cerâmicos.

Forro: Laje pré em todos os cômodos.

Cobertura: Estrutura metálica e telhas de zinco tipo sanduíche.

Instalações Hidráulicas: Será ligado o abastecimento de água fria da rede de abastecimento geral e instalada caixa d'água com capacidade suficiente para distribuição, as águas servidas e esgotos sanitários serão coletados para a rede pública e as águas pluviais para a via pública.

Instalações Elétricas: Deverá ter pontos de luz e tomadas em todos os cômodos conforme norma, e deverá ser previsto pontos de ligação de ventiladores. A iluminação deverá ser em Led 6500k.

Revestimento: Todas as paredes, receberão chapisco e reboco, sendo feitos B.I. até a altura de 2,00 m. Nos banheiros, cozinha, e copa deverão ser assentados revestimentos em porcelanato Classe A.

Pisos: Porcelanatos classe A.

Pintura: As paredes serão pintados de Látex Acrilica e os caixilhos e estrutura metálica aparente de Esmalte sintético;

Esquadrias: Deverão ser todas em alumínio no mínimo linha 25;

A construtora deverá entregar a Escola fechada de alambrado, com a retirada de águas pluviais através de calhas e condutores até o meio fio, deverá executar passeio de concreto de no mínimo 1,5 m ao redor da edificação e deverá executar o plantio grama no remanescente do terreno até o fechamento.

A Escola deverá ter no mínimo 320 m² de área construída e deverá ser entregue junto com as casas, e deverá ser seguido todas as normas construtivas vigentes.

7.8 Definir neste tópico os prazo de início e término da execução das obras, bem como as suas possíveis prorrogações (definir aqui todos os prazos necessários).

8.0 DA SELEÇÃO E CONTRAPARTIDA

8.1 Como critério de seleção serão adotados os seguintes procedimentos do menor preço por metro quadrado da unidade habitacional oferecida:

8.1.1 Para o menor preço por metro quadrado da unidade habitacional, será incluindo todos os custos relativos ao empreendimento, em conformidade com as especificações do Programa Minha Casa Minha Vida.

8.2 Para realizar o cálculo para se atingir o preço do metro quadrado da unidade habitacional se observará o seguinte procedimento:

- 8.2.1 Será apurado o preço global do empreendimento, deduzindo do valor o desconto previsto.
- 8.2.2 Será apurada a quantidade de UH's e a quantidade de metros quadrados de cada UH's.
- 8.2.3 Multiplicar-se-á a quantidade de UH's pela quantidade de metros quadrados de cada UH's.
- 8.2.4 Dividir-se-á o preço global do empreendimento pelo valor obtido com a multiplicação prevista na cláusula anterior
- 8.2.5 A licitante que obtiver o menor valor como resultado da operação prevista na cláusula será considerada classificada para a fase de avaliação da contrapartida.
- 8.2.6 O menor preço por metro quadrado da unidade habitacional, deverá incluir todos os custos relativos ao empreendimento.
- 8.2.7 Em caso de empate, melhor conceito na análise de risco de crédito emitido pela Caixa Econômica Federal, devendo para comprovação, autorizar a Caixa Econômica Federal a fornecer essa informação ao Município;
- 8.2.8 Persistindo o empate no resultado da apuração, o desempate será efetuado observando-se o critério de maior nível obtido no **PBQP-H**;
- 8.2.9 Persistindo empate no resultado da apuração dos itens anteriores, o desempate será efetuado pela identificação da maior quantidade de imóveis produzidos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, autorizando que a Caixa Econômica Federal forneça essa informação ao Município;
- 8.2.10 Persistindo empate no resultado da apuração dos itens anteriores a empresa vencedora será escolhida por sorteio, na presença de representantes das empresas empatadas, em data e local a ser indicado pelo Município.
- 8.2.11 O Município emitirá o Termo de Seleção, indicando a empresa selecionada, conforme ANEXO V desta Chamada Pública, encaminhando este Termo juntamente com os documentos de habilitação da mesma para a Caixa Econômica Federal.
- 8.2.12 Não serão aceitas manifestações de interesse de empresas que não atendam todos os termos deste Chamamento.

8.3 Da Contrapartida e sua avaliação, será considerado:

8.3.1 A empresa selecionada deverá construir uma área educacional “Escola Infantil” de no mínimo 350,00 m² de área construída e uma área da saúde “UBS” de no mínimo 320,00 m² de área construída, ambas baseadas nos padrões federais ou estaduais de execução, e deverão seguir o mínimo descrito nos itens 7.7.1 e 7.7.2. A “UBS” e a “Escola Infantil” deverão ser entregues junto com as casas.

8.3.2 A avaliação considerará aspectos da funcionalidade das construções de acordo com o propósito a que se destinam, estruturas de acessibilidade e mobilidade, aspectos de sustentabilidade das construções.

8.3.3 A Comissão é que determinará qual o melhor projeto apresentado, tomando como referência os aspectos estabelecidos pela legislação vigente, tanto no aspecto da saúde, educação e meio ambiente.

8.3.4 A comissão deverá produzir um parecer descrevendo o que exatamente foi analisado no projeto da contrapartida, podendo se sujeitar a pareceres de especialistas dos departamentos municipais correlacionados.

9.0 DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS

9.1 Somente serão aceitas as impugnações e os recursos previstos na Lei nº. 8.666/93, os quais deverão ser protocolados **fisicamente durante o horário de expediente da Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal, e dirigi-**

dos ao(a) senhor(a) Prefeito(a) Municipal, através do DEPARTAMENTO DE ADMINISTRATIVO / Setor de Compras e Licitações, sendo aceito também o envio através de e-mail: compras@pinhal.sp.gov.br.

9.2 Decairá do direito de impugnar os termos do presente edital a proponente que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até os 02 (dois) dias que antecederem a realização do Certame. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

9.3 A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, sendo corrigido o ato convocatório.

10. DO TERMO DE SELEÇÃO

10.1 Aprovado e homologado o resultado da seleção, o Município de Espírito Santo do Pinhal convocará a empresa vencedora para assinar o termo de seleção, conforme a minuta descrita no ANEXO V deste edital, através de seu representante legal ou de procurador devidamente habilitado, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias **úteis** a partir do recebimento da convocação.

10.2 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, uma vez e pelo mesmo período, a critério do Município, desde que seja requerido de forma motivada pela empresa selecionada e durante o transcurso do respectivo prazo.

10.3 Transcorrido o prazo do item 10.1 e não comparecendo o proponente convocado para a assinatura do termo de seleção, será ele havido como desistente, sendo aplicado as sanções previstas nesta Chamada Pública.

10.4 É facultado ao Município, quando a empresa convocada injustificadamente se recusar a assinar o termo de seleção no prazo e condições estabelecidos, convocar as empresas remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo.

10.5 A empresa desistente ficará sujeita às seguintes sanções, aplicáveis isolada ou cumulativamente:

10.5.1 Advertência;

10.5.2 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta;

10.5.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Espírito Santo do Pinhal, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

10.5.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base no inciso III, do art. 87, da Lei Federal nQ. 8.666/93 e suas alterações.

10.5.5 A multa de que trata o item 10.5.2 deverá ser recolhida no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia do interessado, igualmente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão.

10.5.6 Não havendo o pagamento, a multa será convertida em dívida ativa não tributária, a ser cobrada na forma da lei.

11. DA PROPOSTA

11.1 A empresa selecionada deverá apresentar à Caixa Econômica Federal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias **úteis** após a assinatura do respectivo Termo de Seleção, a proposta contendo a documentação completa para análise e contratação da operação no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, conforme especificado pela Caixa Econômica Federal.

11.1.1 A empresa selecionada deverá em até 180 (cento e oitenta) dias corridos aprovar a execução do empreendimento junto a Caixa Econômica Federal e/ou outra instituição financeira e dar início as obras. Este prazo poderá ser prorrogado por mais uma única vez em igual prazo.

11.2 A proposta a ser apresentada pela empresa deverá considerar as especificações mínimas para unidades habitacionais indicadas pelo Município, por intermédio **do Departamento de Habitação e/ou Departamento de Obras.**

11.3 Os Projetos apresentados deverão atender todos os critérios mínimos exigidos para a execução do Programa Minha Casa Minha Vida, expedidos pela União, Caixa Econômica Federal e Município de Espírito Santo do Pinhal.

11.4 A Pré-qualificação das empresas participantes do presente Edital não implicará na sua contratação pela Caixa Econômica Federal. A contratação dependerá da aprovação, pela Caixa, dos projetos e documentos pertinentes às propostas e sua adequação às diretrizes atuais do Programa "Minha Casa Minha Vida".

11.5 Findo o prazo estipulado sem que a empresa tenha cumprido a exigência constante no item 11.1, a critério do Município, poderá ser convidada a empresa que se classificou em segundo lugar e assim, sucessivamente, até que uma empresa obtenha êxito na contratação.

11.6 Caso a empresa selecionada não atenda ao prazo estipulado no item 11.1 ficará sujeita às seguintes sanções, aplicáveis isolada ou cumulativamente:

11.6.1 Advertência;

11.6.2 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta;

11.6.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com este órgão licitante, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

11.6.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base no inciso 111, do art. 87, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

11.6.5 A multa de que trata o item 10.6.2 deverá ser recolhida no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia do interessado, igualmente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão.

11.6.6 Não havendo o pagamento, a multa será convertida em dívida ativa não tributária, a ser cobrada na forma da lei.

11.7 Os quantitativos e preços que comporão o orçamento proposto são de responsabilidade da empresa selecionada, não podendo esta no futuro arguir o desconhecimento de serviços necessários, imprevistos, eventuais ou qualquer outro fator que venha a onerar o valor global do empreendimento.

11.8 A empresa selecionada deverá assumir o custo associado à elaboração de sua proposta, não lhe assistindo qualquer indenização pela aquisição dos elementos necessários à organização e apresentação da mesma.

12. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

12.1 A seleção realizada na forma preconizada neste edital de Chamada Pública somente terá eficácia se for celebrado contrato no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida entre a empresa selecionada e a Caixa Econômica Federal, não cabendo ao Município ressarcir a empresa por qualquer valor despendido.

12.2 O Município poderá revogar o presente certame por motivo de interesse público, bem como anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou mediante provocações de terceiros.

12.3 A anulação da Chamada Pública, por motivo de ilegalidade, não gera obrigações de indenizar, por parte do Município, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei Federal nº. 8.666/93.

12.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia de seu início e incluir se-á o dia do vencimento, **contados em dias úteis.**

12.5 Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste item em dia de expediente na Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal.

12.6 Quando todas as participantes forem inabilitadas, o Município de Espírito Santo do Pinhal poderá, a seu critério, conceder as participantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação escoimada das causas que ensejaram as suas inabilitações.

12.7 Fica eleito o Foro da Comarca de Espírito Santo do Pinhal - SP, para dirimir quaisquer litígios oriundos desta Chamada Pública, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.8 Informações complementares serão prestadas na Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal, no Departamento de Administração - Divisão de Licitações ou e-mail compras@pinhal.sp.gov.br.

12.9 A comunicação aos licitantes, quanto ao resultado da habilitação ou inabilitação dos concorrentes, julgamentos e quanto à anulação ou revogação da presente licitação será realizada mediante a publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Espírito Santo do Pinhal/SP.

12.10 Situações não previstas neste Edital, e acaso incidentes, serão dirimidas com observância no contido na Lei Federal nº. 8.666/93 e os princípios gerais da licitação.

13. DOS ANEXOS

Fazem parte integrante deste edital os seguintes documentos:

ANEXO 1 - Modelo de manifestação de interesse;

ANEXO 2 - Atestado de Visita técnica;

ANEXO 3 - Carta de Credenciamento;

ANEXO 4 - Especificações Mínimas;

ANEXO 5 - Minuta do Termo de Seleção;

ANEXO 6 - Croqui do terreno; Levantamento Planialtimétrico; Projeto urbanístico;

ANEXO 7 - Modelo de Declaração de Situação Regular perante o Ministério do Trabalho;

ANEXO 8 - Levantamento(s) Planialtimétrico(s) e Projeto(s) Urbanístico(s); e

ANEXO 9 - Termo de Ciência e Notificação.

Espírito Santo do Pinhal, **30 de novembro de 2.023.**

Cristina do Carmo Brandão Bueno Domingues
Prefeita Municipal

ANEXO 1

CARTA DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 14.312/2.023

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 002/2.023

DATA DA REALIZAÇÃO: xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de 2.023

HORÁRIO: a partir das 13:10 horas.

Objeto: Seleção de empresa do ramo da construção civil para a apresentação de projeto destinado para a produção de no mínimo 335 (trezentas e trinta e cinco) unidades habitacionais de interesse social no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, a ser contratada pela Caixa Econômica Federal, com vistas a atender famílias de baixa renda.

Nome da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Eu,, RG nº, CPF nº, representante da empresa acima referida, venho manifestar interesse em participar do edital, em epígrafe, para a Seleção de empresa do ramo da construção civil para a apresentação de proposta para a produção habitações de interesse social no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, a ser contratada pela Caixa Econômica Federal, estando ciente de todas as regras estabelecidas.

Outrossim, confirmo o atendimento das condições estabelecidas no edital e manuais do Programa e da Caixa Econômica Federal.

Data e assinatura:

ANEXO 2

ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 14.312/2.023
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 002/2.023
DATA DA REALIZAÇÃO: xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de 2.023
HORÁRIO: a partir das 13:10 horas.

Objeto: Seleção de empresa do ramo da construção civil para a apresentação de projeto destinado para a produção de no mínimo 335 (trezentas e trinta e cinco) unidades habitacionais de interesse social no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, a ser contratada pela Caixa Econômica Federal, com vistas a atender famílias de baixa renda.

Nome da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Atesto que o Sr....., portador do Documento de Identidade
RG nº....., representante da
empresa..... visitou o(s) local(ais) da obra, constatan-
do as peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, recebendo as in-
formações técnicas pertinentes, ou seja, tomando conhecimento de todas
as condições para execução do futuro contrato.

Espírito Santo do Pinhal, de..... de 2.023

Carimbo e Assinatura
Departamento de Obras ou Departamento de Habitação

ANEXO 3

CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 14.312/2.023
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 002/2.023
DATA DA REALIZAÇÃO: xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de 2.023.
HORÁRIO: a partir das 13:10 horas.

Objeto: Seleção de empresa do ramo da construção civil para a apresentação de projeto destinado para a produção de no mínimo 335 (trezentas e trinta e cinco) unidades habitacionais de interesse social no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, a ser contratada pela Caixa Econômica Federal, com vistas a atender famílias de baixa renda.

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:

Através do presente documento, credenciamos e constituímos nosso(s) bastante(s) procurador(es) o (s) Sr (s) portador(es) do documento de identidade RG nº e CPF nº respectivamente, para praticar todos os atos necessários à participação desta empresa no certame em referência, podendo assinar documentos, declarações e deliberar sobre todos os assuntos, desistir de recursos, inclusive transigir e renunciar.

Assinatura do representante legal da empresa.
Reconhecida por cartório

ANEXO 4

ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 14.312/2.023

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 002/2.023

DATA DA REALIZAÇÃO: xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de 2.023.

HORÁRIO: a partir das 13:10 horas.

Objeto: Seleção de empresa do ramo da construção civil para a apresentação de projeto destinado para a produção de no mínimo 335 (trezentas e trinta e cinco) unidades habitacionais de interesse social no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, a ser contratada pela Caixa Econômica Federal, com vistas a atender famílias de baixa renda.

Nome da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

1. Especificações e Legislação Vigente

As unidades habitacionais a serem apresentadas para esta Chamada Pública devem obedecer às normas do PMCMV; Código de Práticas da Caixa e ainda, no mínimo as seguintes especificações:-

Área total construída e distribuição dos cômodos deve conter no mínimo: 02 Dormitórios, 1 Banheiro, 1 Cozinha, 1 Sala Estar/Jantar, 1 Área de Serviço e 1 Hall de Circulação, devendo ter no mínimo duas portas de acesso ao exterior da edificação.

Decreto 4.960 de 06 de Abril de 2018 que Dispõe sobre Estudo de Impacto de Vizinhança no Município de Espírito Santo do Pinhal e dá outras Providências

Decreto 5.635 de 11 de Janeiro de 2023, que dispõe sobre as diretrizes para a iluminação pública no Município de Espírito Santo do Pinhal.

Todas as dúvidas, esclarecimentos, pontos de interligação e outras informações necessárias para execução do projeto de infraestrutura estão disponíveis na Departamento de Habitação e Departamento de Obras do município de Espírito Santo do Pinhal - SP.

2 - IMPLANTAÇÃO

A construtora deverá desenvolver projeto de implantação das unidades habitacionais respeitando a legislação vigente e as regras programáticas.

3 - INFRAESTRUTURA

A construtora deverá desenvolver projeto de infraestrutura, todos os levantamentos, pesquisas e investigações necessárias, visando a adequação do terreno às necessidades do Empreendimento, conforme exigência das normas técnicas, legislação e regras programáticas.

4- PROJETO ARQUITETÔNICO

Projeto Arquitetônico adequado, observando-se as Especificações Mínimas do Programa, e o Código de Práticas da Caixa.

Declaração de atendimento à ABNT NBR 15.575 - Norma de Desempenho.

ANEXO V

MINUTA DO TERMO DE SELEÇÃO

TERMO DE SELEÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO Santo do PINHAL, ESTADO DE SÃO PAULO E REFERENTE À CHAMADA PÚBLICA Nº. 002/2.023 - SELEÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL INTERESSADA NA PRODUÇÃO DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL, INCLUÍDA A EXECUÇÃO DA INFRAESTRUTURA CORRESPONDENTE, NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA - MINHA VIDA.

Pelo presente instrumento de Seleção, nesta e na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO**, Estado de São Paulo, devidamente inscrito no CNPJ nº. 45.739.083/0001-73, com sede administrativa localizada na Rua Hélio Vergueiro Leite, s/n - Jd Universitário, em Espírito Santo do Pinhal - SP, representada por senhor Diretor do Departamento de Administração, e do outro lado à empresa inscrita no CNPJ sob nº....., estabelecida à Rua....., nº..... na cidade de Estado de neste ato, representada pelo Senhor portador do RG nº..... e CPF nº.....(qualificação), residente e domiciliado à Rua nº..... na cidade de Estado de identificada como **SELECIONADA**, na conformidade com o **Edital de Chamada Pública nº. 002/2.023** têm entre si, justo e acordado, as condições que nas cláusulas adiante seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente Termo de Seleção é regido pelas normas específicas do Programa do Governo Federal, regulado medida provisória 1.162 de 14 de fevereiro de 2023 e, no que couber pela Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores, Portaria Ministerial nº. 465 de 03 de outubro de 2011 e Chamada Pública nº. 002/2.023.

CLÁUSULA SEGUNDA: O presente Contrato tem por objeto a SELEÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA A APRESENTAÇÃO DE PROJETO E PROPOSTA PARA A PRODUÇÃO DE NO MÍNIMO 335 (TREZENTAS E TRINTA E CINCO) UNIDADES HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor máximo total do empreendimento enquadra-se na faixa 1-2 do programa Minha Casa, Minha vida, vigente à época da contratação, o que contempla a construção das casas, infraestrutura e melhorias.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No mínimo 3 % (três por cento) das habitacionais deverão ser adaptadas (especiais) e equipadas para uso por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida nos termos da NBR 9050, o que será destinado a público alvo pré-selecionado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Serão admitidas unidades habitacionais com tecnologia alternativa, nos projetos executivos, desde que permitam a redução de prazos do cronograma físico das obras.

Esta tecnologia deve ser homologada pela Caixa Econômica Federal ou que esteja aprovada a viabilidade prévia do sistema construtivo inovador junto a CEF - Caixa Econômica Federal, que apresente laudos técnicos de desempenho que atendam a Norma NBR 15.575, emitido por instituição avaliadora credenciada junto ao Ministério das Cidades/SI-NAT.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA CONTRATAÇÃO E DAS PENALIDADES

A **SELECIONADA** deverá apresentar à Caixa Econômica Federal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura deste Termo de Seleção, a proposta contendo a documentação completa para análise e contratação da operação no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, conforme especificado pela Caixa Econômica Federal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os Projetos apresentados deverão atender todos os critérios mínimos exigidos para a execução do Programa Minha Casa Minha Vida expedidos pela União, pela Caixa Econômica Federal e pelo Município de Espírito Santo do Pinhal - SP.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A pré-qualificação da **SELECIONADA** não implicará na sua contratação pela Caixa Econômica Federal. A contratação dependerá da aprovação, pela Caixa, dos projetos e documentos pertinentes às propostas e sua adequação às diretrizes atuais do Programa "Minha Casa Minha Vida".

PARÁGRAFO TERCEIRO: Findo o prazo estipulado sem que a **SELECIONADA** tenha cumprido a exigência constante no parágrafo primeiro, ficará a mesma sujeita às seguintes sanções, aplicáveis isolada ou cumulativamente:

1. Advertência;
2. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta;
3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Espírito Santo do Pinhal, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base no inciso III, do art. 87, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

PARÁGRAFO QUINTO: A multa de que trata o inciso II do parágrafo primeiro deverá ser recolhida no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia do interessado, igualmente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão.

PARÁGRAFO SEXTO: Não havendo o pagamento, a multa será convertida em dívida ativa não tributária, a ser cobrada na forma da lei.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Os quantitativos e preços que comporão o orçamento proposto são de responsabilidade da **SELECIONADA**, não podendo esta no futuro arguir o desconhecimento de serviços necessários, imprevistos, eventuais ou qualquer outro fator que venha a onerar o valor global do empreendimento.

PARÁGRAFO OITAVO: A **SELECIONADA** assume o custo associado à elaboração de sua proposta, não lhe assistindo qualquer indenização pela aquisição dos elementos necessários à organização e apresentação da mesma.

CLÁUSULA QUARTA: A vigência do presente Termo fica vinculada a contratação do empreendimento entre **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL** e a **SELECIONADA** para execução do projeto pelo Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, estabelecendo-se o limite máximo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do presente instrumento, após o qual fica extinto de pleno direito todo e qualquer vínculo existente entre a selecionada e o Município de Espírito Santo do Pinhal.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. A **SELECIONADA** deverá executar o Cronograma Físico e a Proposta Financeira apresentados junto a Caixa Econômica Federal;
2. Os Projetos deverão estar em condições de aprovação nas Concessionárias e demais órgãos licenciadores, conforme o caso, e a **SELECIONADA** deverá estar à disposição, durante o processo, a adequar os projetos elaborados para fins de aprovação;
3. A **SELECIONADA** deverá proceder à entrega das unidades em etapas, assim que forem concluídas, permitindo a entrega imediata às famílias beneficiadas;

4. Ao Município não caberá qualquer responsabilidade decorrente da não aprovação dos projetos pela CEF, figurando a **SELECIONADA** como única e completa responsável pelo atendimento às exigências formuladas pela CEF;

5. Os contratos a serem firmados entre a CEF e a **SELECIONADA**, cujos projetos forem aprovados, obedecerão às condições estabelecidas pela CEF, sendo de única e exclusiva responsabilidade da empresa participante o cumprimento das cláusulas e condições pactuadas, desobrigando-se o Município de toda e qualquer responsabilidade decorrente de ajuste.

6. A contratada exime o Município de Espírito Santo do Pinhal de arcar com todo e qualquer prejuízo oriundo da execução deste termo de seleção e do eventual contrato firmado com a Caixa Econômica Federal, inclusive indenizações judiciais, trabalhistas ou não.

CLÁUSULA SEXTA: A **SELECIONADA** deverá responder por quaisquer danos materiais, pessoais e/ou morais causados ao Município ou a terceiros, provocados por seus profissionais, desde que por culpa ou dolo.

CLÁUSULA SÉTIMA: A seleção realizada na forma preconizada nesta Chamada somente terá eficácia se for celebrado contrato no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida entre a **SELECIONADA** e a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, não cabendo ao Município ressarcir a empresa por qualquer valor despendido.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Instrumento, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja e por estarem de acordo, DECLARAM ambas as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas Cláusulas do presente Instrumento, bem como, a de observarem fielmente outras disposições regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias igual teor e forma, impresso em **laudas** de um só lado (anverso), que será assinado por ambas as partes e na presença de testemunhas abaixo relacionadas para que produza o legal fim de direito.

Espírito Santo do Pinhal,de de 2.023.

Diretor de Administração:

Responsável Legal SELECIONADA

TESTEMUNHAS:

01.
NOME:
CPF nº.

02.
NOME:
CPF nº.

ANEXO 6

Chamada Pública nº. 002/2.023

Croqui do terreno;

(dê preferência disponibilizar os documentos no drive de um e-mail institucional para acesso dos candidatos)

Levantamento Planialtimétrico;

(dê preferência disponibilizar os documentos no drive de um e-mail institucional para acesso dos candidatos)

Projeto urbanístico;

(dê preferência disponibilizar os documentos no drive de um e-mail institucional para acesso dos candidatos)

ANEXO 7

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

Eu....., representante legal da empresa....., interessada em participar da CHAMADA PÚBLICA Nº. 002/2.023, da Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal, declaro sob as penas da lei, que, a empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Local e data.

Assinatura do representante legal

Nº. do RG

ANEXO 9

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL

CONTRATADO: _____

TERMO DE SELEÇÃO Nº. (DE ORIGEM): ____/2.023

Chamada Pública nº. 002/2.023

OBJETO: Seleção de empresa do ramo da construção civil para a apresentação de projeto destinado para a produção de no mínimo 335 (trezentas e trinta e cinco) unidades habitacionais de interesse social no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, a ser contratada pela Caixa Econômica Federal, com vistas a atender famílias de baixa renda.

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº. 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES):

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____